

## ***Católicos e comunistas no MCP***

FÁBIO SILVA DE SOUZA\*

### ***Resumo***

Proponho-me trazer à tona, para conhecimento da comunidade científica, parte dos debates que analiso em minha dissertação de mestrado, cujo objetivo é problematizar o projeto político-cultural-estético do Movimento de Cultura Popular do Recife. Deste modo, este artigo lança luz sobre as formações intelectuais que militaram nesse movimento, dando ênfase às duas correntes que ali foram hegemônicas – católica e comunista. Procuro analisar os principais pressupostos teóricos que nortearam essas formações intelectuais por meio da discussão da autoimagem que os intelectuais das duas correntes veiculavam, de pretender pensar a cultura popular fora de moldes elitistas. Sempre por meio do olhar dos intelectuais, registrado nos documentos oficiais do Movimento, essa tarefa nos possibilita localizar as assimetrias do projeto reformista levado a cabo pelos mcpistas nos primeiros anos da década de 1960. Buscamos tensionar essa faceta do MCP como contribuição ao debate das políticas reformistas do pré-golpe desencadeadas na capital pernambucana.

**Palavras-chave:** Intelectuais Católicos, Intelectuais Comunistas, Recife, Miguel Arraes.

---

\* Mestrando em História Social na FFLCH-USP. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

## ***Intelectuais e MCP***

Neste artigo, destacaremos as formações intelectuais que militaram no MCP. Dando ênfase às duas correntes que ali foram hegemônicas – católica e comunista – analisaremos os principais pressupostos teóricos que nortearam as atividades desses intelectuais. O caminho escolhido para depreender esse caráter do Movimento foi problematizar a autoimagem que os intelectuais veiculavam de pensar a cultura popular fora de moldes elitistas.<sup>1</sup>

Sempre por meio do olhar dos intelectuais, registrado nos documentos oficiais do MCP, essa tarefa nos possibilitará trazer à tona as principais divergências teóricas daquele movimento cultural. Desnudando, dessa forma, a assimetria presente nas políticas culturais levadas a cabo pelos mcpistas.

É necessário, de antemão, esclarecer ao leitor que ao adotarmos esta perspectiva de análise buscamos, subsidiados pelas concepções teóricas elaboradas por Raymond Williams,<sup>2</sup> tensionar o caráter dirigista que revestia as ações empreendidas pelo MCP. Embora haja sutis variações de acordo com as representações que cada corrente assumia para si no interior do Movimento, bem como de acordo com seus projetos e estratégias específicos, entendemos que as correntes intelectuais que ali atuaram não

---

<sup>1</sup> O elitismo cultural ao qual nos referimos pressupõe, segundo Pécaut: tomar para si “uma responsabilidade essencial na construção da nação...”, conceber que “organizar” a nação, é “uma tarefa que cabe às elites...” e que, dela, “os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvel cultural e político (...)”. Ver, PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 14-15.

<sup>2</sup> Este autor, ao teorizar sobre este caráter da cultura, permite-nos lançar um novo olhar sobre os projetos culturais fomentados pelo MCP, na medida em que preza as formações intelectuais sem desvinculá-las das suas bases sociais. Williams informa-nos que estudar os grupos e tendências numa relação intrínseca cultura/sociedade pode ser uma maneira de precisar os limites e pressões que determinam essas relações. Ciente dos problemas que este tipo de análise pode acarretar, o autor adverte que estas análises devem ser completadas por uma extensão da descrição para incluir o todo social e suas relações de classe, bem como pelo estudo individual das produções dos artistas/intelectuais. Ver, a respeito, os trabalhos de CEVECO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001; WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

compartilhavam de uma visão autoritária de conceber a sociedade.<sup>3</sup> Características que se comprovam pela forma como estes encaravam os problemas do povo pernambucano.

As correntes intelectuais da geração dos anos 1920-40 tiveram por objetivo eliminar o hiato entre o “país-político” e o “país-real”, buscando construir uma sociedade brasileira autêntica.<sup>4</sup> Para isso, no entanto, colocaram-se a serviço da formação da sociedade criando instituições políticas que refletissem a “realidade nacional”. Ao contrário, os intelectuais que militaram no MCP não duvidavam que esta sociedade já estivesse formada. Mesmo que, tal como aqueles, estes assumissem para si uma posição acima dos setores populares, os portadores do conhecimento capaz de despertar as massas rumo a um novo modelo de sociedade. Assertiva fundamentada na opção feita pelos intelectuais mcpistas em romper com o atraso político e social pernambucano por meio da “conscientização” e “politização” das camadas populares.<sup>5</sup>

Para as correntes intelectuais que ali militaram, a marcha para o povo estava fundamentada em uma ideia que concebia os processos históricos como uma sucessão de esquemas de dominação que podiam até variar na forma e intensidade, mas que só teriam um fim quando as classes dominadas chegassem ao poder. Essa perspectiva, diante de uma conjuntura político-social que excluía os setores analfabetos do plano da política institucionalizada, concebia que o caminho que conduziria as massas ao poder era lhes dando voz política por meio de todos os instrumentos culturais disponíveis.

Para Germano Coelho, primeiro presidente e principal articulador do MCP, a falta de consciência das camadas populares nordestinas quanto às suas potencialidades era um dos fatores que contribuía para este cenário de dominação. Para ele, tal quadro

---

<sup>3</sup> Entendemos por dirigismo práticas políticas que canalizavam, por meio da “elevação do nível cultural das massas” (expressão presente nos documentos oficiais do MCP), as reivindicações populares no sentido de abrirem espaço para uma determinada elite chegar ao poder. O autoritarismo que fazemos referência, a nosso ver, consiste em práticas políticas que são elaboradas verticalmente, privilegiando os interesses de uma determinada classe em detrimento dos efetivos interesses de toda a sociedade. Especificamente no caso de intelectuais, isso ocorre quando estes se propõem “organizar” a sociedade, de cima para baixo, em um jogo político que só atende aos seus respectivos interesses de classe.

<sup>4</sup> Ver, a respeito, os trabalhos de PÉCAUT, D. *Op. Cit.*; MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1994.

<sup>5</sup> Cf. documento intitulado: Movimento de Cultura Popular, anexo ao IPM 709-3 *O comunismo no Brasil*. 3º volume. p. 38. “A conscientização era a revelação da precariedade social dos indivíduos em contraste com o seu poder como massa de pressão e de ação”. E “a politização era a educação ideológica, a compreensão dos recursos individuais e coletivos para a imposição política e a idéia da participação de todos os grupos sociais na vida nacional”.

só seria revertido quando a população nordestina se conscientizasse de sua missão política.<sup>6</sup>

É a partir dessa premissa, que ele e outros intelectuais pernambucanos tinham como básica, que a cultura popular, em seus múltiplos aspectos, começa a ganhar forma, como um dos elementos que poderiam conduzir, em um curto espaço de tempo, ao objetivo pretendido, de fazer com que as massas pudessem ter uma participação ativa na vida política e na dinâmica do poder local.

Essa crença dos intelectuais do MCP em instrumentalizar os múltiplos aspectos da cultura popular para dirigir as massas rumo a um estado revolucionário era fruto do momento o qual o estado de Pernambuco estava vivenciando à época, pois, conforme as lideranças mcpistas, “um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos setores de elite”.<sup>7</sup>

Afirmativa que nos leva a conceber que essa perspectiva comum que aglutinou diversas correntes intelectuais em um mesmo movimento era determinada pelo fato de que esses intelectuais acreditavam que o crescente avanço dos setores populares pernambucanos em direção ao exercício de suas liberdades democráticas – manifestadas na insatisfação em relação às políticas desenvolvidas pela elite oligárquica local – fazia destes setores, organizações politizadas, cujos obstáculos para que se tornassem de fato revolucionários eram “certos entraves de ordem cultural que se apresentavam como barreiras (...)”.<sup>8</sup>

### ***Intelectuais e a origem do MCP***

Fundado por lideranças políticas e intelectuais em maio de 1960, o MCP surgiu como um departamento autônomo da municipalidade recifense. Ao assumir a prefeitura

---

<sup>6</sup> Cf. manuscrito elaborado por Germano de Vasconcelos Coelho para servir como subsídio para um curso sobre o NE. Documento do acervo particular do prof. Germano Coelho. Doravante esse arquivo será citado pela sigla: APGC (Arquivo Particular Germano Coelho).

<sup>7</sup> Plano de ação do Movimento de Cultura Popular para o ano de 1963. APGC.

<sup>8</sup> Idem.

da cidade do Recife aos 15 de dezembro de 1959, Miguel Arraes definiu como uma das principais metas de seu governo solucionar o alto índice de analfabetismo que imperava na capital pernambucana.

*Há milhares de crianças no Recife que não frequentam escolas. Meu governo criará grupos escolares de emergência, ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas-de-aulas. Cumpre incentivar as atividades culturais, encorajar os desportos e a educação física, criar centros cívicos, proporcionar cinema e teatro ao povo.<sup>9</sup>*

Iniciativa que, dada a escassez de recursos do município para esses fins, só pôde ser levada a cabo por meio da mobilização de alguns intelectuais progressistas dispostos a ajudá-lo nessa empreitada.

O projeto imaginado pelo então prefeito começou a tomar forma a partir de uma reunião realizada, em janeiro de 1960, com um grupo de artistas e educadores. Dessa reunião brotou a ideia da criação de um movimento largo e amplo de educação de base e de democratização da cultura, que em geral era restrita, à época, às classes privilegiadas da sociedade. Esse movimento recebeu o nome de Movimento de Cultura Popular e sua finalidade era, na ótica do então prefeito, unir todos os interessados na tarefa de mudar a vida do homem simples do povo por meio da cultura e da educação. Tal como deixou manifesto em entrevista:

*A situação era a seguinte: se fosse mantida a estrutura burocrática em vigor para essa questão, era impossível encontrar soluções, devido à insuficiência de meios. Então, era importante movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras.<sup>10</sup>*

A proposta de Miguel Arraes logo ganhou a adesão de todos os participantes daquele encontro, como não poderia ser diferente, já que os artistas e educadores ali

---

<sup>9</sup> Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. APGC.

<sup>10</sup> Entrevista de Arraes In: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

representados já desenvolviam projetos com a mesma finalidade – democratizar a cultura e o ensino – e agora poderiam contar com o apoio do poder público para intensificar a militância.

Os artistas que aderiram, e posteriormente assumiram uma posição de destaque no MCP, exerciam uma ativa militância na Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR), fundada em 1948, e foram responsáveis pelo sucesso do Atelier Coletivo, fundado em 1952. Empreendimentos cuja finalidade era agrupar os artistas pernambucanos em uma entidade de classe, bem como aproximá-los de uma arte mais popular e democrática.<sup>11</sup> Objetivos que foram levados a cabo pela montagem de uma oficina-escola onde os artistas davam aulas de desenho, pintura, gravura e escultura, em que a temática popular sempre era privilegiada como a componente central das atividades.

Essas iniciativas foram responsáveis pela formação de expressivo contingente de artistas, fosse pela participação nas aulas oferecidas, fosse tão somente pela influência que a crença no poder revolucionário da arte estava exercendo no cenário artístico pernambucano. Dessa forma, fazendo delas um significativo movimento de marcha em direção ao popular que ganharia a adesão de diversos grupos

*como a Orquestra Sinfônica Estudantil, dirigida por Levino Alcântara (que logo depois, mudou-se para o sul do país); grupos de teatro com Luiz Mendonça, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho; o Coral Bach do Recife, dirigido por Geraldo Menucci (este inclusive passou a frequentar a sede do Atelier Coletivo e lá ensaiava e tinha suas atividades). Havia ainda um grupo de danças, dirigido por Flávia Barros; o Teatro de Marionetes Monteiro Lobato, dirigido por Carmosina Araújo.*<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> A SAMR, em linhas gerais, buscava romper com o sistema acadêmico de ensino da arte vigente na Escola de Belas Artes do Recife. Esse empreendimento surgiu durante a primeira exposição de esculturas de Abelardo da Hora, em 1948, e foi animada, entre outros, por Ladjane Bandeira, Augusto Reinaldo, Reinaldo Fonseca, Delson Lima, bem como pelo próprio artista que a dirigiu de 1949 aos anos 1960. O Atelier Coletivo foi idealizado por Abelardo da Hora logo depois de assumir a SAMR, e manteve-se em atividade até finais dos anos 1950. Extensão da SAMR, suas atividades seguiam as mesmas diretrizes: democratizar o ensino da arte, bem como criar um espaço em que os artistas pudessem ser representados junto aos poderes públicos. Informações constantes no depoimento de Abelardo da Hora In: Memorial do MCP. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 13-18.

<sup>12</sup> Idem.

Isso despertou o interesse de Miguel Arraes em aproveitá-los para suprir a carência de recursos que assolava a municipalidade.

*Agora os intelectuais e os artistas poderão desenvolver um amplo movimento de educação e cultura na minha administração. Quero que você<sup>13</sup> faça uma minuta da estrutura desse movimento cultural, pelo qual vocês vêm lutando com dificuldades, porque darei todo apoio necessário. Desejo que se acrescente na estrutura desse plano um setor de educação para a alfabetização de crianças e adultos, que será uma das grandes metas do meu governo.<sup>14</sup>*

Sendo assim, o convite realizado por Arraes era o coroamento de uma luta que já era travada por alguns artistas pernambucanos que buscavam a valorização das manifestações populares.

De outro modo, o apoio dos educadores católicos estava pautado pelo novo posicionamento que os grupos eclesiais estavam assumindo diante da militância política.<sup>15</sup> No Recife, essa nova postura foi marcada pela tentativa de acabar com os desmandos da ordem estabelecida a partir de intervenções educativas que objetivavam formar homens livres, autônomos e conscientes que o modelo de sociedade vigente não atendia aos interesses de toda a sociedade.

Esses educadores, estimulados pelas experiências adquiridas por Germano Coelho e sua esposa, Norma Coelho, nos movimentos sociais franceses – *Peuple et Culture* e *Economie et Humanisme* – quando de estada em Paris, em meados da década de 1950, bem como pelo contato que tiveram, em visita à Israel, com os *Kibutzim* israelenses, foram tomados pelo desejo de viver em comunidade – a “comunidade de Camaragibe” – e nela desenvolver um projeto educacional cuja finalidade era libertar os setores populares da opressão exercida pela dinâmica social vigente e, por conseguinte,

<sup>13</sup> Idem. Neste trecho, Miguel Arraes estava se dirigindo a Abelardo da Hora, principal animador, à época, da efervescência cultural que procurava unir artistas, governo e povo.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Ver a respeito das novas diretrizes assumidas pelos leigos católicos o artigo de PAULA, C. J. Conflitos de gerações: Gustavo Corção e a juventude católica. *Horizonte* - Revista de estudo de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas, v. 10, n 26, p. 619-637, abr./jun. 2012.

a implantação de um novo modelo de sociedade. Experimento que esteve perto de ser concretizado em fins de 1950.<sup>16</sup>

Desse modo, para o grupo católico, o posicionamento de Arraes em colocar o aparelho de Estado ao lado das classes menos favorecidas, bem como fazer parte de um projeto que buscava ampliar as recentes conquistas democráticas por meio da educação – prática já adotada pelo grupo –, constituía-se como o principal determinante para o apoio incondicional às suas iniciativas.

A confluência desses interesses possibilitou a formação de um grupo de trabalho formado por Germano de Vasconcelos Coelho, Anita Paz Barreto, Aluísio Falcão e Maria de Jesus Costa, a fim de, com o apoio voluntário de estudantes universitários e secundaristas, fazer um levantamento dos locais onde as primeiras iniciativas pudessem ser realizadas.

Essa frente de trabalho levantou, durante os finais de semana de janeiro, fevereiro e março de 1960, 500 locais dentre as áreas carentes da capital pernambucana que poderiam ser alvos das primeiras incursões por parte do poder público e dos intelectuais. Depois de estabelecido contato com os líderes comunitários de algumas dessas áreas, o bairro de Santo Amaro foi escolhido pelas lideranças do Movimento como destinatário das primeiras intervenções.

Localizado na região central da cidade do Recife, o bairro de Santo Amaro apresentava como limites o rio Capibaribe (rua da Aurora), o Parque Treze de Maio e a avenida do Canal ( atual Agamenon Magalhães). A rua da Aurora constituía a principal porta de entrada para aqueles que vinham dos bairros de Santo Antônio e São José, região que compõem a parte mais antiga da cidade. Os limites do Parque Treze de Maio, por sua vez, estabeleciam as demarcações do bairro de Santo Amaro com o bairro da Boa Vista, parte central da cidade cuja importância se media pelo acelerado

---

<sup>16</sup> Ver a respeito dos Movimentos franceses as notas 20 e 21 deste artigo. O movimento israelense, *Kibutzim*, foram comunidades rurais, onde o convívio social era pautado pelo auxílio mútuo e pela justiça social. Os primeiros *kibutzim* foram fundados por jovens sionistas, por volta de 40 anos antes do estabelecimento do Estado de Israel. Esse Movimento inspirou os educadores católicos, os mesmos que depois aderiram ao MCP, a projetarem um trabalho análogo no município de Camaragibe, cidade vizinha a Recife, em fins de 1950. Conforme já explicitado, o diferencial do esforço dos católicos era a educação. Essas informações foram fornecidas ao autor pelo prof. Germano Coelho, mas podem também ser consultadas em: ROSAS, Paulo. Depoimento. In: *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. p. 19 -36.

desenvolvimento urbanístico. A oeste, o bairro era delimitado pelo canal Derby-Tacaruna.<sup>17</sup>

As lideranças do Movimento apostavam em uma política pública de melhoria para o bairro, visto que ele era um corredor de passagem entre Recife e Olinda. Dadas essas especificidades, foram inauguradas no dia 1º de maio, em Santo Amaro, com a presença do prefeito, autoridades municipais, intelectuais, estudantes, representantes do MCP e moradores locais, as escolas União dos Servidores Municipais, Onze de Santo Amaro, Escola Mista Oceania, Machado de Assis, Manoel Amaro, Liga de Sueca 5 de Junho, Liga de Dominó 7 de Novembro e Monte Real Esporte Clube. Em uma cerimônia que contou com o discurso do responsável pela associação em que era instalada a escola, com discurso do representante da Câmara Municipal e finalizada com as palavras do prefeito Miguel Arraes.<sup>18</sup>

O sucesso desse primeiro empreendimento foi seguido da institucionalização oficial do Movimento de Cultura Popular do Recife, cujo quadro administrativo assim foi formado: prof. Germano Coelho – presidente; profª. Anita Paes Barreto – diretora da divisão de ensino; prof. Paulo Freire – diretor da divisão de pesquisa; profª Norma Porto Carrero Coelho – representante dos estudantes e coordenadora de educação pelo rádio; prof. Arnaldo Marques – diretor da divisão de saúde; escultor Abelardo da Hora – diretor da divisão de artes plásticas e artesanato; prof. Geraldo Vieira – diretor da divisão de bem-estar coletivo; maestro Mário Cândia – diretor da divisão de música, canto e dança; jornalista Aluísio Falcão – diretor do departamento de difusão da cultura; teatrólogo Luiz Mendonça – diretor da divisão de teatro; prof. Reinaldo Pessoa – diretor da divisão de esportes; prof. Paulo Rosas – coordenador de pesquisas e a profª Zaira Ary – coordenadora dos centros de cultura. Sendo estas diretorias partes integrantes de uma estrutura que centralizava suas ações em dois departamentos: Formação da Cultura (DFC); e Difusão da Cultura (DDC).

---

<sup>17</sup> Ver: PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades*. Recife: FUNDARPE, 2010.

<sup>18</sup> Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. p. 1-2. APGC.

O Departamento de Formação da Cultura era responsável por interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; e formar pessoas habilitadas a transmitir a cultura ao povo. Esse departamento era composto de dez divisões: divisão de pesquisa; divisão de ensino; divisão de artes plásticas e artesanato; divisão de música, dança e canto; divisão de cinema, rádio, televisão e imprensa; divisão de teatro; divisão de cultura brasileira; divisão de bem estar coletivo; divisão de saúde; divisão de esportes. O DFC funcionava por meio dos programas ou projetos especiais, executados pelos responsáveis imediatos das divisões.

O Departamento de Difusão da Cultural tinha como diretriz: encaminhar aos órgãos de direção e aos departamentos as solicitações das Associações e dos Núcleos de Cultura Popular e levar a orientação e os serviços dos órgãos de direção e do DFC aos Núcleos e às Associações de Cultura Popular.<sup>19</sup> O que o caracterizava como o departamento mais importante do MCP, pois o seu diretor influenciava todas as atividades desenvolvidas pelo Movimento, sendo, desta forma, responsável pelos rumos que cada atividade deveria tomar.

Embora essa estrutura fosse majoritariamente ocupada por intelectuais católicos – Germano Coelho, Anita Paes Barreto, Paulo Freire, Norma Porto Carrero Coelho, Arnaldo Marques, Geraldo Vieira, Mário Cândia, Reinaldo Pessoa, Paulo Rosas e Zaira Ary – tinha à frente de seu principal departamento um representante comunista – Aluísio Falcão – ligado, junto com Abelardo da Hora, ao PCB.

Todas essas características – fomento estatal que canalizou iniciativas e interesses de parcela da intelectualidade recifense dando-lhes uma forma institucionalizada – contribuiu para que o MCP fosse tido como uma das principais políticas da gestão de Miguel Arraes, na prefeitura da cidade do Recife.

### ***Os intelectuais e suas correntes político-ideológicas***

---

<sup>19</sup> Estatuto do Movimento de Cultura Popular do Recife. APGC.

A corrente dos intelectuais católicos que militaram no MCP, influenciada pelas concepções teóricas elaboradas pelo dominicano Luis-Joseph Lebret,<sup>20</sup> principal articulador do movimento *Economie et Humanisme*, e por Joffre Dumazedier, teórico do movimento *Peuple et Culture*,<sup>21</sup> movimentos que atuaram na França nos anos 1940-50, concebia a representação católica no meio político e cultural como tendo a finalidade de “instaurar eficazmente, nas várias coletividades humanas, as condições necessárias para que todos, e não somente alguns, alcançassem a mínima soma de bens indispensáveis a uma vida digna de homem”<sup>22</sup>. Concepção essa que procurava entender os problemas dos homens em seu tempo e que encarava a sociedade como organismo vivo, com características próprias nas diferentes fases de sua evolução.<sup>23</sup>

Para esses intelectuais tornava-se imprescindível solucionar os imperativos do mundo moderno por meio da supressão da opressão desenvolvida pela tensa relação entre ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, burguesia e proletariado. Essa forma de entender a sociedade formulada a partir destes dois teóricos – Lebret e

---

<sup>20</sup> Louis-Joseph Lebret (1897-1966) foi pioneiro de uma concepção e de uma prática de transformação do território, em companhia de François Perroux. Os dois são a origem do conceito de “economia humana” visando o “desenvolvimento de todo o homem e todos os homens”. Ele foi reconhecido pelas Nações Unidas como expert de primeiro plano para o que concerne à desigualdade dos níveis de vida no mundo. Essa vocação de abertura internacional o conduziu, em março 1958, à fundar o IRFED (Instituto Internacional de Pesquisa e de Formação, Educação e desenvolvimento), a fim de promover os métodos de um desenvolvimento global, harmonizado, “autopropulsado”, que procurava incitar a passagem da economia humana à democracia econômica, em vista do desenvolvimento dos povos. Paralelamente a estas atividades, L.-J. Lebret torna-se, a convite do papa Paulo VI, perito no Concílio do Vaticano II. Foi um dos inspiradores essenciais da encíclica “Populorum progressio”. LEBRET, J.-L. *Notre Histoire*. Disponível em: <http://www.lebret-irfed.org>. Acesso em: 08 de junho de 2012. (Tradução livre do autor).

<sup>21</sup> Joffre Dumazedier (1915-2002), foi a origem direta da criação do Movimento *Peuple et Culture*, que ele presidiu até 1967; foi portador das principais inovações que lhe fizeram ser um movimento original, em particular pela teoria do “treinamento mental”. De formação literária, ele se orientou em direção às ciências sociais utilizando-a na sua ação educacional popular. Especialista mundialmente reconhecido da sociologia do lazer permaneceu por vários anos na direção de pesquisa no CNRS, e como professor na Sorbonne. Ele é detentor de uma vasta obra sobre o desenvolvimento cultural e os métodos de educação de adultos. les fondateurs de *Peuple et Culture*. In: CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d’innovation au service de l’éducation populaire*. Paris: Édité par *Peuple et Culture*, 1995. (tradução livre do autor).

<sup>22</sup> Ver, a respeito, PRADO, Luís Cintra do. *Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento*; São Paulo: Digestos Econômico, 1947, pp. 31-42; e Estatuto do MCP.

<sup>23</sup> Para os adeptos: “donner une connaissance exacte du sujet. La qualité pratique, technique, scientifique, artistique ou philosophique du contenu, prime. Il ne s’agit pas seulement ‘d’accrocher’ ou de ‘faire parler’ un public. Il faut élever au maximum le niveau d’information, le niveau de culture de tous les membres du groupe et favoriser le maximum ceux qui sont le moins informés” L’application de l’entraînement mental à la conduite d’un cercle cultural. Documento de 24/07/1958 redigido por Joffre Dumazedier. APGC.

Dumazedier – colocava em evidência a necessidade de um trabalho consequente no sentido de minimizar os efeitos de uma modernização acelerada, cujo maior fruto era uma gama de pobres desumanizados e uma burguesia egoísta que pensava o ser humano em uma relação meramente funcionalista. Os intelectuais desta corrente entendiam que o caminho mais promissor para se chegar ao fim desejado era tomando para si a tarefa de pensar, articular e dirigir as massas rumo a um novo regime que pudesse fazer com que estas relações sociais, pautadas pela opressão, fossem superadas.<sup>24</sup>

É a partir desses pressupostos que o grupo procurava fazer com que a população recifense tanto encarasse a inversão dos valores imposta pelo capitalismo monopolista, cujos tentáculos passaram a envolver o Brasil a partir dos anos 1950, na avaliação de Carlos Guilherme Mota em *Ideologia da cultura brasileira*, quanto tomasse consciência que as misérias e desigualdades não eram processos inerentes à condição humana, mas sim, resultantes de uma má gestão dos bens comuns. Tal perspectiva ambicionava uma revolução nas estruturas, cujo fim consistia em que as massas recifenses percebessem seu papel como o possível agente modificador deste contexto de opressão, imposto pelos empreendimentos econômicos que não visavam servir ao homem, mas sim, aos imperativos do lucro.

*São precisas novas estruturas de trabalho, de produção, de relações sociais. Faz-se mister planejar antecipadamente novos quadros de vida econômica e política, a serem experimentados e adotados por etapas. Em outros termos, trata-se de preparar, dirigir e realizar uma revolução que não deverá consistir numa simples mudança de governos, com o remendo das velhas instituições. É uma revolução total que se impõe, envolvendo a reforma dos espíritos, dos costumes, das relações entre pessoas, entre profissões, entre povos.*<sup>25</sup>

Esse caráter vanguardista diante da revolução brasileira potencializou a participação política da Igreja. Essa, que tradicionalmente jogava a favor da manutenção do *status quo* social e das hierarquias econômicas, foi animada pela crença que a

---

<sup>24</sup> Ver sobre a evolução da esquerda católica: BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis, Vozes, 1984; NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011, p. 297-328.

<sup>25</sup> “Positions-Clefs” apud E & H, 1947.

revolução deveria começar por baixo.<sup>26</sup> Grupos eclesiais dedicaram-se, então, à transformação interior dos seres humanos que compunham as “minorias”, em um trabalho por etapas. Tais grupos acreditavam que a conscientização das massas levaria à superação dos processos de opressão e que a participação da Igreja era essencial para que a transformação ocorresse sem violência.

Por outro lado, os interesses dos comunistas que assumiram uma posição de destaque no MCP contemplavam tirar o PCB de uma posição marginal no cenário político pernambucano, por meio de alianças com setores de outras correntes políticas. Contemplavam, também, a mobilização das massas seguindo uma estratégia que tinha como finalidade derrubar as engrenagens políticas há muito vigentes no Nordeste. Mobilizar as massas, sob a direção do Partido e de seus militantes, para ocupar os aparelhos de Estado, úteis para promover as reformas nos níveis municipal, estadual e federal que antecederiam a verdadeira revolução.

Embora pareça que, com esta atitude, Abelardo da Hora e Aluísio Falcão estavam se afastando das diretrizes vigentes em nível nacional, isso não ocorria. Essa estratégia estava completamente inserida nas novas concepções assumidas pelo Partido Comunista, a partir do momento em que foram redefinidas as diretrizes do partido, em 1958, rumo a um novo entendimento das políticas que seriam adotadas a partir de então.<sup>27</sup>

Na busca por assumir uma nova postura diante da opressão que as economias desenvolvidas, sobretudo a norte-americana, estavam exercendo sobre a nação brasileira, o PCB partiu da constatação que o caráter dogmático e sectário que tinha sido adotado pelo partido não dava conta da nova realidade na qual o Brasil estava inserido, fazendo-se necessária uma nova postura a fim de combater os inimigos de maneira adequada às novas exigências. Constatação iluminada pela leitura dos documentos do XX Congresso do PCUS, realizado em 1956, após a morte de Stalin.

A implantação do Estado socialista, para os comunistas brasileiros, não se configurava mais como sendo a principal batalha a ser travada. O objetivo agora era

<sup>26</sup> NAPOLITANO, M., *op. cit.*, p. 298.

<sup>27</sup> Ver a respeito das teses políticas de 1958: Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958 In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1970, documentos*. São Paulo: LECH, 1980, p. 3-27.

outro. O processo de desenvolvimento pelo qual o Brasil estava passando à época, sintetizado no famoso lema “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek, fez com que os comunistas traçassem novos objetivos. Era preciso, primeiro, barrar a influência das economias estrangeiras no processo de desenvolvimento interno, sobretudo a dos Estados Unidos. Os comunistas entendiam que este desenvolvimento estava deixando como saldo, para a nação brasileira, a diminuição do ritmo de seu desenvolvimento interno e, por consequência, piorando a vida das classes menos favorecidas.

Diante dessa nova forma de entender o processo no qual o Brasil estava inserido, em Pernambuco, as lideranças do Partidão tomaram para si a tarefa de transformar o cenário político do Estado por meio de alianças e da instrumentalização da força política das massas. O objetivo era formar uma frente única contra o imperialismo, dado que eles, os comunistas, não poderiam realizar sozinhos essa tarefa. Substituir o quadro que trabalhava a favor dos latifundiários e do imperialismo norte-americano, por meio da soma de forças de intelectuais, governo e povo, passou a ser o objetivo principal desta corrente.

A formulação dessa nova estratégia política fez com que a marcha em direção às massas ganhasse um novo caráter. Certos que a restrição ao voto dos analfabetos, que representavam parcela considerável da população brasileira, era a grande responsável pela situação de exploração imperialista, os comunistas passaram a trabalhar em favor da conscientização política e do desenvolvimento cultural das massas, tendo como horizonte a modificação deste quadro opressor por meio das urnas eleitorais. Assim, ocupar todos os espaços políticos por meio das urnas virou a palavra de ordem para os comunistas brasileiros.<sup>28</sup>

Essa estratégia de tomar o Estado de forma pacífica, por meio do processo democrático, fez dos outros problemas – por exemplo, as contradições entre os interesses do proletariado e da burguesia – algo superável diante de um bem maior. O que passou a interessar, a partir dali, era a batalha por uma posição de destaque no cenário político pernambucano, pois, para os adeptos desta corrente, o proletariado sofria mais pelo atraso em que o Brasil estava mergulhado e pela exploração exercida

---

<sup>28</sup> BRAYNER, Flávio. *O partido comunista em Pernambuco: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964)*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

pelos países desenvolvidos, do que pelo processo de desenvolvimento capitalista puro e simples.

Ora, esta mesma orientação, de reverter uma posição de marginalidade no cenário político local, por meio do voto, fora também colocada na ordem do dia pelas outras correntes partidárias. Partidos como PTB e PSB, que detinham uma expressiva base popular nos centros urbanos buscaram nas urnas, tal como o PCB, o meio necessário para chegar aos postos chave do poder local.

O que nos interessa demonstrar nesses partidos, PTB e PSB, é que suas plataformas nacionalistas e democratizantes se coadunavam com o projeto do PCB, partido que, à época, mesmo estando na ilegalidade, detinha uma maior representatividade política. Esse fato acabou transformando esses outros partidos em uma espécie de representantes legais dessa nova forma do PCB encarar o processo político, uma vez que eram partidos que, chancelados pelas massas trabalhadoras, pela pequena burguesia, bem como pelos intelectuais que compunham suas bases eleitorais, já tinham, em suas plataformas políticas, uma prática democratizante.

Diante dessa conjuntura política os comunistas passaram a considerar a sua nova política de massa como pressuposto básico para aprofundar a crise de hegemonia dos setores tradicionalmente dominantes, tendo como objetivo provocar a ascensão das classes dominadas em um processo que culminaria na tomada do Estado em detrimento das elites conservadoras.

Desse modo, apesar das duas principais correntes que compunham o MCP compartilharem os valores do reformismo nacionalista, elas diferenciavam-se porque a primeira, acreditava em um “aprendizado existencial da democracia”,<sup>29</sup> e a segunda, que as reformas deveriam ser levadas a cabo, seguindo a estratégia de ocupar os aparelhos de Estado pacificamente por meio das urnas eleitorais.

### ***Como os intelectuais buscaram superar o elitismo cultural?***

---

<sup>29</sup>Termo utilizado por BEISIEGEL, 1982, p. 103 apud NAPOLITANO. M. *Op. cit.*, p. 303

Dada as várias concepções ideológicas no interior do MCP, cada qual com uma visão *sui generis* do papel que a educação e a cultura deveriam desempenhar no processo revolucionário em marcha, as correntes que ali militaram tiveram intensos debates acerca do posicionamento que o Movimento deveria assumir diante da sociedade. Debates que apontaram para preocupação em acomodar essas perspectivas ideológicas, bem como superar o elitismo cultural que os concebiam como os detentores do conhecimento necessário para introduzir um novo modelo de sociedade, presente na base dos seus respectivos projetos reformistas. Essa ideia ficou manifesta nas reflexões de Abelardo da Hora: “como íamos tratar com grupos heterogêneos do ponto de vista ideológico, tive o cuidado de fixar uma filosofia que pudesse unir a todos por muito tempo, com o objetivo de democratizar o ensino”.<sup>30</sup>

Tais preocupações, somado ao fervor político-ideológico que colocava Pernambuco entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético, potencializavam o desejo de desvincular o MCP de quaisquer das ideologias dos seus membros, pois, mesmo com a crise agrária que assolou o Brasil após a II Guerra Mundial e da expansão urbanística dos grandes centros, a política pernambucana ainda estava sob o comando das poucas famílias ligadas à agroindústria.<sup>31</sup> Dessa forma, qualquer empreendimento que contribuísse para a perda de hegemonia das elites agrárias seria alvo de intervenções por parte dos conservadores.

As reflexões geradas diante desse quadro levaram aquelas lideranças intelectuais a conceber que o caminho mais adequado era conduzir um movimento sem bandeira político-partidária, cujo propósito deveria ser, tão somente, abrir caminhos de aperfeiçoamento cultural para massas. O que por sua vez, definiria o seu nacionalismo como fruto do anseio do povo pernambucano de desenvolver-se plenamente mediante relações de igualdade e justiça social. Apesar disso, as correntes intelectuais procuravam politizar a cultura, sem necessariamente instrumentalizá-la para esta ou aquela formação intelectual. O importante era fortalecer o campo reformista e nacionalista em um contexto político conservador.

---

<sup>30</sup> Depoimento de Abelardo da Hora Op. cit.

<sup>31</sup> CARONE, Edgar. *A Quarta República* (1945-1964). São Paulo: DIFEL, 1980.

Sendo assim, afirmar que o MCP “nasceu da miséria do povo do Recife. Da desurbanização geral de suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome (...)”,<sup>32</sup> era dar vida própria ao Movimento, uma espécie de autonomia gerada a partir da valorização da cultura como salvação da miséria, e afirmação do campo reformista como um todo.

O reflexo dessa postura que, ao fim e ao cabo, era tão democratizante quanto os interesses das respectivas correntes, foi alçar, diante da sociedade, a bandeira do desenvolvimento cultural das massas como sendo algo acima de qualquer interesse político partidário. No entanto, para atingir o objetivo de libertar as massas, os grupos intelectuais e ideológicos achavam que o melhor caminho era tutelá-las no processo de libertação cultural e conscientização política.

---

<sup>32</sup> Estatuto do Movimento de Cultura Popular Op.Cit.p.1. APGC

## Referências

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. UFPE, 1993

ARRAES, Miguel Newton. Que foi o MCP? *Arte em Revista*, ano 2, v. 3, 1964.

BARBOSA, Letícia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: d. Autor, 2009.

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BRAYNER, Flávio. *O partido comunista em Pernambuco: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964)*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

BRUNNER, José Joaquim. *América Latina: cultura y modernidad*. México: Grijalbo/Consejo, 1992.

CALLADO, António. *Tempo de Arraes: A revolução sem violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.

CEVESCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUI, Marilena. *O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d'innovation au service de l'éducation populaire*. Paris: Édité par Peuple et Culture, 1995.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.127-62 – 2004.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O engajamento cepecista. In: *Impressão de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LEBRET, J.-L. *Notre Histoire*. Disponível em: <http://www.lebret-irfed.org>. Acesso em: 08 de junho de 2012.

LEITE, Sebastião Uchoa. Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica. In:

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MARTINS, Carlos Estevam. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1963.

MEMORIAL DO MCP. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 13-18.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011.

PAULA, C. J. *Conflitos de gerações: Gustavo Corção e a juventude católica*. Horizonte - revista de estudo de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas, v. 10, n 26, p. 619-637, abr./jun. 2012.

*PCB: vinte anos de política, 1958-1970, documentos*. São Paulo: LECH, 1980.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades*. Recife: FUNDARPE, 2010.

PRADO, Luís Cintra do. *Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento*; São Paulo: Digestos Econômico, 1947.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do teatro do Estudante e d'Oográfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2007.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Educação em tempos de luta: história dos Movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 21.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.